



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL

CÁSSIA SOLANO MACHADO

ROQUE GONZALES: ENTRE O VELHO E O NOVO, NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO

CERRO LARGO
2020

CÁSSIA SOLANO MACHADO

ROQUE GONZALES: ENTRE O VELHO E O NOVO, NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caroline M. Schneiders

CERRO LARGO

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Machado, Cássia Solano

Roque Gonzales: entre o velho e o novo, nomeação e designação / Cássia Solano Machado. -- 2020.
33 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Caroline Mallmann Schneiders

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, Cerro
Largo, RS, 2020.

1. 1. Análise de Discurso. 2. Nomeação. 3.
Designação. 4. Memória Discursiva. 5. História.. I.
Schneiders, Caroline Mallmann, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CASSIA SOLANO MACHADO

**ROQUE GONZALES: ENTRE O VELHO E O NOVO, NOMEAÇÃO
E DESIGNAÇÃO**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Letras: Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Mallmann Schneiders

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

23/09/2020

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Caroline Mallmann Schneiders – UFFS
(Presidente/Orientadora)



Profa. Dra. Jeize de Fátima Batista – UFFS*



Profa. Me. Luiza Boézzio Greff – UFSM*

*Assinatura do(a) Presidente da banca representando os demais membros conforme Ofício-Circular N° 8/2020 – PROGRAD.

Dedico este trabalho ao meu avô, Querino
(*in memoriam*), que mesmo agora em
silêncio continua a significar para mim.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Deus pela vida que me concedeu e pelas pessoas que colocou no meu caminho.

Gratidão aos meus pais e avós, pela presença e amor incondicional na minha vida. Esta graduação é a prova de que os esforços deles pela minha educação não foram em vão e valeram a pena.

Gratidão à minha orientadora do projeto, por me indicar a primeira direção, por sua dedicação e paciência. Gratidão à orientadora que me aceitou no meio do percurso, seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado final deste trabalho.

Gratidão à Universidade Federal da Fronteira Sul e seu corpo docente que demonstraram estar comprometidos com a qualidade e excelência do ensino.

Gratidão a mim, por ter me permitido viver tudo isso.

RESUMO

Uma cidade, assim como outro espaço social, aqui tomada enquanto discurso, não significa apenas em si. Todo sentido é significação, também os discursos que ela produz, através de seus monumentos históricos, pontos turísticos e lemas. Tendo isso em vista, interessa-nos, na presente pesquisa, realizar uma análise discursiva a respeito da nomeação e designação em torno dos enunciados que compõe o pórtico de Roque Gonzales, município localizado no interior do Rio Grande do Sul, sendo estes: “Terra e sangue das missões” e “Terra das águas e da energia”. Para tanto, embasamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica da Enunciação e da Análise de Discurso, mobilizando conceitos, como: nomeação, designação, memória discursiva, história e historicidade. Sob uma ótica discursiva de interpretação, buscamos questionar como tais enunciados funcionam e quais sentidos provocam, focando em expressões que rememoram um passado, mas que também explicitam a presença de um progresso, visto que estes constituem a identidade e o pertencimento do sujeito na história do espaço em que está inserido. De acordo com o que observamos no decorrer desta pesquisa, compreendemos a relação da língua, ideologia e historicidade para a produção de sentidos, que são atrelados à memória discursiva a medida em que o espaço social evolui e varia as significações de um mesmo nome. Entendemos que uma nova designação não apaga a existência de outra, apenas retoma ou questiona sua formulação, assim, há dizeres já ditos, por vezes silenciados, que podem retornar. As cidades são constituídas por uma historicidade que seus nomes evocam, não apenas como mera lembrança de acontecimentos, mas sim como materialização da história na língua, fazendo significar o que é manifestado ou silenciado no processo de designação.

Palavras-chave: Nomeação. Designação. Memória discursiva. História.

RESUMEN

Una ciudad, así como otro espacio social, tomado aquí como un discurso, no significa solo en sí mismo. Cada sentido es significación, también los discursos que produce, a través de sus monumentos históricos, puntos turísticos y lemas. En vista de esto, estamos interesados en esta investigación realizar un análisis discursivo sobre la nominación y la designación en torno de los enunciados que componen el pórtico de Roque Gonzales, en el interior de Rio Grande do Sul, siendo estos: "Tierra y sangre de las misiones" y "Tierra de las agua y energía". Para esto, nos basamos en las perspectivas de la Semántica de Enunciación y Análisis del Discurso, movilizandoo conceptos tales como: nominación, designación, memoria discursiva, historia e historicidad. Partiendo de una perspectiva discursiva de interpretación, buscamos preguntarnos cómo funcionan y qué sentidos provocan, enfocándonos en expresiones que recuerdan un pasado, pero que también hacen explícita la presencia de progreso, ya que constituyen la identidad y pertenencia del sujeto en la historia del espacio donde se inserta. De acuerdo con lo que observamos durante esta investigación, entendemos la relación de la lengua, la ideología y la historicidad con la producción de sentidos, que están vinculados a la memoria discursiva a medida que el espacio social evoluciona y las significaciones del mismo nombre varían. Entendemos que una nueva designación no borra la existencia de otra, solo reanuda o cuestiona su formulación, por lo tanto, hay dichos ya dichos, a veces silenciados, que pueden regresar. Las ciudades se constituyen por la historicidad que evocan sus nombres, no solo como un mero recuerdo de los acontecimientos, sino como la materialización de la historia en la lengua, haciendo significar lo que se manifiesta o silencia en el proceso de designación.

Palabras clave: Nominación. Designación. Memoria discursiva. Historia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	SUJEITO E ESPAÇO.....	12
2.2	NOMEAÇÃO E HISTÓRIA.....	13
3	A CIDADE ENQUANTO DISCURSO.....	16
4	NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO: EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A CIDADE	21
5	REFLEXÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	30
	ANEXO 1 - Fotografia do pórtico de entrada da cidade de Roque Gonzales/RS.	32
	ANEXO 2 - Cópia da lei que determina o dístico da cidade de roque gonzales, buscada no arquivo municipal.....	33

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, os estudos da linguagem demandam conduzir-se para temas do cotidiano, tomando como premissa o entendimento de que a linguagem é uma prática social. Esse entendimento leva-nos a perceber que muitas questões problemáticas presentes em nossa sociedade, materializadas na língua, possuem raízes sócio históricas. Dessa forma, é relevante para nós, estudantes de Letras e das teorias que perscrutam a língua e a linguagem, tendo como suporte a perspectiva da Semântica da Enunciação, a partir de Eduardo Guimarães, articulando com os princípios da Análise de Discurso pecheuxtiana, voltarmos-nos para enunciados que (re) produzimos.

Conforme Eduardo Guimarães (2005), é através da linguagem que o sujeito constrói seu mundo, por que é na língua que se faz significar o que vemos, como vemos, o que vivemos, e, sobretudo, o que queremos revelar ou não. Na língua, podemos também encontrar marcas que mostram quem e como nós somos, ou seja, a língua diz sobre o espaço social e histórico em que somos constituídos; por meio dela acessamos e manifestamos valores culturais revelados no simbólico da língua em nossas enunciações, e esses valores indicam indivíduos em constituição pelos seus próprios dizeres.

Estudar a língua como objeto teórico e analítico e reconhecer seu caráter social, é estudar a língua a partir de uma perspectiva que toma como essencial a historicidade a qual advém de uma série de construções ideológicas, visto que uma sociedade não se faz sem ideologia, até mesmo a crença de neutralidade manifesta uma posição. Logo, está tudo interligado: língua, sociedade, ideologia e sujeito (ORLANDI, 2013), a língua não existe fora da sociedade, desassociada de visões de mundo, assim como a sociedade não se desvincula da língua. É com base neste viés que refletimos acerca das representações de um povo, de uma sociedade ou de uma cidade, como em nossa pesquisa, buscando aliar nossa vivência de sujeito constituído social e linguisticamente na região missioneira e as reflexões sobre como a língua constrói essa região e suas particularidades.

Assim, focando em questões discursivas, tomamos, como objeto de estudo, os enunciados presentes no pórtico da cidade de Roque Gonzales, situada na região das missões do Rio Grande do Sul (RS). O primeiro enunciado selecionado é determinado oficialmente como dístico: “Terra e sangue das missões”, e o segundo, que está junto

deste, também no pórtico, é: “Terra das águas e da energia”. Segundo a legislação local, o primeiro enunciado trata-se do dístico da cidade, um “lema” frisado em um lugar simbólico; porém, tomaremos ambos os enunciados como uma designação que carrega em si traços da história e da ideologia, há sinais de um sujeito, o qual não é empírico, não é o indivíduo, mas uma construção imaginária em torno do sujeito roquegonzalense e missioneiro.

O objetivo norteador desta pesquisa é compreender a constituição dos sentidos das designações “Terra e sangue das missões” e “Terra das águas e da energia”¹, que caracterizam e constituem a nomeação do município: Roque Gonzales. Interessamos: como o dístico de uma cidade pode, a partir de uma abordagem discursiva, ser compreendido como uma designação e quais efeitos de sentido são produzidos? Ou melhor, quais os movimentos de sentidos produzidos no acréscimo de outros elementos de caracterização?

Nossa pesquisa decorre de um desejo pessoal da acadêmica que, natural da cidade, busca compreender a formação histórica das representações desta terra, aliado ao interesse de aprofundar os estudos na área da linguística, pesquisando, analisando e baseando-se em teorias que sustentam a análise linguística por um viés discursivo. Compreendemos que se trata de uma pesquisa que busca refletir criticamente sobre a língua como uma questão social, sobretudo como ela funciona e significa em tal âmbito. Mais do que isso, buscamos refletir criticamente sobre uma história que se constrói pela língua, pela nomeação e designação da(s) cidade(s) e que pode parecer em um primeiro olhar evidente, mas que guarda em si a história de uma região, de um povo e de suas práticas.

¹ A nova designação surgiu juntamente com o pórtico da cidade, no ano de 2016, não se tem documentos que o oficializem, nem autoria, apenas sabe-se que o pórtico é fruto de um concurso, desenvolvido nas escolas do município, em que os alunos poderiam desenhá-lo e o vencedor seria escolhido na 5ª edição da EXPOROQUE (feira municipal) e se tornaria um dos cartões postais de Roque Gonzales.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUJEITO E ESPAÇO

Vivemos em uma sociedade na qual, atualmente, não é comum pararmos para ler e refletir sobre a história que nos constitui como sujeitos e nos determina como pertencentes a uma comunidade. Dado isso, surge a necessidade de buscar conhecimento sobre a constituição de enunciados que caracterizam a cidade, em nosso caso, a cidade de Roque Gonzales, pois estes são construídos simbolicamente através da linguagem, que, por sua vez, é constituída materialmente pela história, isto é, funcionando como parte da construção da identidade (imaginária).

Petri (2010), ao refletir sobre as relações de história e memória na produção de sentidos para nomear e designar um ponto turístico do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, afirma que

A investigação nos leva a refletir sobre o quanto a memória social continua produzindo efeitos na história oficial, uma vez que os sentidos estão inscritos num espaço discursivo já instituído como tal. História e memória são duas noções muito caras aos estudiosos do discurso e é desta perspectiva que nos propomos a observar as relações entre as práticas sociais e os modos de designar o espaço público (PETRI, 2010, p. 67).

Em vista disso, é significativo analisar como é constituída a designação por meio do funcionamento da nomeação e da memória discursiva. Interessa-nos compreender como a cidade se significa ao longo da história, a distinção entre as outras cidades das missões, e como a cidade se coloca oficialmente nessa história. No estudo empreendido, é notável a reflexão sobre a história de uma região, pois entendemos que a história afeta a língua e que a língua dá suporte para a construção da história. Para tanto, mobilizamos a teoria discursiva para construir conhecimento acerca de um processo formativo no qual estamos inseridos (sujeitos e universidade), produzindo conhecimento e valorizando o que é local, promovendo contribuições na forma de entender como uma cidade é significada pela língua, ampliando essa significação a todos que fazem parte dela.

De acordo com nossas buscas em arquivos, biblioteca municipal e escrituras acerca da oficialização e criação do dístico roque-gonzalense, percebemos a necessidade de analisá-lo enquanto discurso que significa a cidade. De um lado,

temos o dístico, o oficial, “Terra e sangue das missões”, constituído por meio de um passado Missioneiro, e, de outro, “Terra das águas e da energia, uma atualização da história, o passado e o futuro descritos em um objeto. Afinal, o que pode significar ter junto, no pórtico da cidade, os dois enunciados para uma mesma referência?

Na constituição desta pesquisa, utilizamos, como abordagem metodológica, a pesquisa bibliográfica qualitativa. Tomamos como fonte de pesquisa inicial uma obra encontrada na biblioteca pública municipal de Roque Gonzales, referente à história e à constituição do município, de autoria de Ângelo Felipe Zuchetto Ramos, intitulada **A Fascinante História de Roque Gonzales**. No que diz respeito às referências do campo dos estudos discursivos, embasamo-nos, sobretudo, nas reflexões de Eduardo Guimarães, Eni P. Orlandi e Michel Pêcheux. A partir de tais leituras, buscamos construir um entendimento sobre conceitos norteadores como: nomeação, designação, memória, história, historicidade e efeitos de sentido.

2.2 NOMEAÇÃO E HISTÓRIA

A área territorial do Município de Roque Gonzales² concentra-se dentro de um território chamado Região Missioneira, que, por muitos anos, esteve sob o domínio das coroas de Portugal e Espanha. Para impedir a penetração portuguesa nas terras do Sul, o governo espanhol ordena aos jesuítas o retorno à margem oriental do Rio Uruguai, com o objetivo de fundarem povoados no Rio Grande do Sul. Como havia falta de brancos colonizadores, vieram, com os padres, os guaranis das reduções. As terras seriam ocupadas com lavouras e estâncias, as edificações eram ocupadas com Igrejas, moradias, oficinas e colégios para a difusão da fé Cristã.

Num período de mais ou menos um século, os jesuítas expandiram sua evangelização pela região do que hoje configura-se o Estado do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1626 e 1637, foram fundados 18 povoados, relacionados a primeira fase missioneira, mas devido à resistência indígena aos colonizadores e a ação dos Bandeirantes, não houve condições de estabelecer as reduções jesuíticas. Os Sete

² Em 27 de janeiro de 1927, a Sede Roque Gonzales foi decretada como nono distrito de São Luiz Gonzaga. Em 1954, após Cerro Largo conseguir sua independência, Roque Gonzales passa a pertencer a jurisdição do novo município, na condição de segundo distrito. Posterior a um movimento emancipacionista, em 15 de maio de 1966, Roque Gonzales emancipa-se e torna-se oficialmente município.

Povos das Missões dão início à segunda fase das reduções em nosso estado. Foram fundadas, em solo brasileiro, sete reduções: São Francisco de Borja, em 1682³, São Nicolau, fundada, em 1626, pelo Padre Roque Gonzales, devido aos ataques daquele período sua população acabou se dizimando; no entanto, em 1687, os jesuítas voltaram a habitá-la: São Luiz Gonzaga, em 1687; São Miguel Arcanjo, em 1687; São Lourenço, em 1690; São João Batista, em 1697; Santo Ângelo Custódio, em 1706.

A história⁴ do Município de Roque Gonzales é alicerçada na história Missioneira. Em síntese, de acordo com Ângelo Felipe Ramos, na obra **A Fascinante História de Roque Gonzales**, ela pode ser dividida em três momentos distintos, o Primeiro Ciclo da Região Missioneira, o qual era caracterizado por uma rica fauna, variada em espécies da mais inofensiva à mais feroz. Seus habitantes, índios Guaranis e tapes, eram seus donos absolutos. Posterior a isso, ocorreu o período de Transição, que, com a eliminação da redução jesuítica, os nativos voltaram, em sua maioria, aos costumes tribais, passando-se quase três séculos de abandono. Por último, com o Período de Colonização Alemã e Italiana, desencadeou-se um processo que formaria uma região de diversidade racial.

É no Primeiro Ciclo da Região Missioneira que se constrói a imagem de cidade Missioneira que perdura até os dias atuais. Para explicar esse fato, é importante citar o Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, de origem Paraguaia, o qual atravessou a margem esquerda do Rio Uruguai para liderar as reduções jesuíticas, a fim de levar os índios a uma vida evangelizada. A primeira redução fundada foi a de São Nicolau do Piratini. Tempo depois, Roque Gonzales, acompanhado do Padre João de Castilho, funda a primeira redução do lado direito do Rio Ijuí, Assunção do Ijuí. Estava fundada uma das mais perigosas reduções, pois, muito próximo do lugar, estava o Cerro do Inhacurutum, esculpido pela natureza e residência oficial do Cacique Nheçu⁵. Roque Gonzales faz as primeiras diligências para o funcionamento da redução, e,

³ Informações acerca dos anos de fundação dos 7 Povos das Missões foram retiradas da obra **As Missões Orientais: Epopeia Jesuítica no Sul do Brasil** (2002), do autor Luís Flodoardo Silva Pinto.

⁴ Sabemos que a história não pode ser vista de um único ponto de vista, esclarecemos que esta é apenas uma versão dos acontecimentos, todavia, não desconsideramos suas variantes.

⁵ Nheçu foi um líder Mbyá guarani do século XVII. Era a autoridade máxima nas terras ao norte e a oeste do rio Ijuí, até as margens do rio Uruguai. Atualmente, essa região abrange o território do município de Roque Gonzales, no estado do Rio Grande do Sul, e comunidades vizinhas. O centro de controle do chefe Nheçu teria sido o Cerro do Inhacurutum, um acidente geográfico em forma de morro um tanto incomum levando-se em conta as redondezas e o perfil geral do vale do rio Ijuí.

para tal, fez como nos demais lugares para a fundação de Caaró, deixando João de Castilho como catequizador.

Os indígenas tinham sua própria cultura, crenças e valores, e Nheçu era o líder, e, ao perder seu poder político, econômico e sua influência religiosa, decide pela dizimação daqueles que vieram ameaçar sua raça, sua verdade e principalmente sua vida. A aniquilação começa por Caaró, com a mortes dos Padres Roque Gonzales e Afonso Rodrigues, e continuou com o martírio de João de Castilho. Estava Assunção extinta e Nheçu voltava a reinar sozinho. Assim, o Município guarda um legado histórico, cultural e religioso, desde o período das missões jesuíticas, e é conhecido como a Terra e o Sangue das Missões.

Roque Gonzales, juntamente com cidades, como: São Paulo das Missões, Santo Antônio das Missões, Salvador das Missões, São Luiz Gonzaga, entre outras, recorre à constante volta à história das Missões para nomear e designar as cidades, como um regresso a um passado considerado fundador, heroico e glorioso. Temos ainda o símbolo comum da Cruz Missioneira enraizada pelos sete povos das Missões, Museus e pontos turísticos da região. No entanto, há cidades, nesta mesma região, com maior renome, pois fazem desse passado um recurso econômico, como o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, popularmente conhecido como Ruínas de São Miguel, tornado polo turístico e declarado também Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO; ou São Nicolau, Primeira Querência do Rio Grande, que demandam das outras algo mais que as destaque e diferencie.

É relevante uma contextualização acerca da história de nosso objeto para entendermos o funcionamento discursivo dos enunciados propostos. A partir da teoria em que nos filiamos, considerando também os estudos da enunciação e a relação entre texto e discurso, construímos um dispositivo de análise, buscando compreender como o sentido se constitui e se vincula à memória discursiva.

3 A CIDADE ENQUANTO DISCURSO

Nesta pesquisa, partimos dos pressupostos da Semântica da Enunciação, traçada pelas considerações do professor e pesquisador brasileiro Eduardo Guimarães, sendo esta uma semântica que procura analisar os sentidos da linguagem, contribuindo no processo de compreender os aspectos ligados à linguagem e àquilo sobre o que ela “fala” e o que ela constrói. Nesta perspectiva, Guimarães (2005) estabelece, como objeto de interesse e reflexão teórica, o processo de designação e os sentidos que por ela são instituídos. Para compreender o processo de significação e as relações de sentidos no espaço em que dialoga com nosso objeto de análise, recorreremos às contribuições de Eni P. Orlandi em suas obras referentes à cidade.

Guimarães reporta-se aos fundamentos, principalmente, de Benveniste (1970) e Ducrot (1984) em um movimento de aproximação de sentido e subjetividade. Para Benveniste, “(...) somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que, por seu turno, fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 63). O entendimento de conceitos como enunciação, de acordo com a perspectiva de Benveniste, é importante para o que Guimarães propõe em suas reflexões. O autor parte dessa questão semântica da língua e, com um percurso já sólido, traçado pelos linguistas que o precedem, Guimarães (2005) propõe a abordagem da Semântica da Enunciação que tratará também da enunciação, porém por outro viés.

Guimarães toma a enunciação em sua relação com o sujeito enquanto sujeito político, e tal proposta de estudo só é possível por haver condições históricas e teóricas para isso. Ao final do percurso, a fim de construir um espaço próprio para a abordagem de questões semânticas, Guimarães insere o papel da exterioridade histórica, antes descartada por Saussure, nas condições de produção de sentido, abrindo um diálogo com a Análise de Discurso, e inscrevendo os conceitos de interdiscurso, nomeação e designação, no interior de uma teoria semântica.

Nesse sentido, nossa investigação não se trata de uma análise linguística no nível sintático, da língua enquanto sistema, mas sim no nível da língua conforme compreende Guimarães, sobretudo no entrelaçar desses conhecimentos: a língua como objeto social, da relação com o sujeito e com relação com as práticas sociais e

políticas. Ou seja, não se trata daquilo que é evidente, que se encontra no dicionário, mas daquilo que a língua pode significar em determinados contextos.

Guimarães (2005), no livro **Semântica do Acontecimento**, propõe uma série de estudos e discussões de questões ligadas aos modos como os sentidos, enquanto efeitos, são concebidos e evocados no processo de enunciação como uma prática política, concebendo os indivíduos como falantes determinados pelos seus enunciados, como sujeitos políticos em seus espaços de funcionamento da língua. Segundo o autor

O acontecimento em que se fala é, do meu ponto de vista, espaço de temporalização. Nesta medida o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado (GUIMARÃES, 2005, p. 15).

A língua funciona para contar uma história, mesmo que essa não seja sua função inicial; assim, ela significa muito mais e de forma diferente que aquilo que está na superfície. Os discursos⁶ são constituídos por já ditos, sendo um espaço de retomada de discursos anteriores, que são atualizados, reconstruídos ou repetidos em decorrência da historicidade e do acontecimento discursivo. Nesse sentido, o passado não é acabado, mas é uma pressuposição do futuro, já que este, na maioria das vezes, é contado, representado e transmitido por meio da linguagem, da escrita, dos enunciados. Deste modo, há a possibilidade de questionarmos: Como se enuncia sobre as cidades? Os lugares? Quais os sentidos do passado levantados no processo de enunciação? É nessa perspectiva que iremos desenvolver nossos estudos, por meio de vestígios de um passado e reformulações do presente “convertidos” em enunciados.

Enunciado, para nós, é um discurso, sendo este o objeto de estudo da Análise de Discurso, inserido em uma unidade maior que é o texto, com textualidade e, sobretudo, em decorrência de um discurso que o fortalece. Assim dizendo, as palavras não significam por si só, mas é o texto que significa em uma relação com os sentidos, sendo um objeto linguístico e histórico. Tomando nosso enunciado (objeto) como discurso, como poderíamos defini-lo? A Análise de Discurso de linha francesa permite

⁶ Discurso, aqui, é entendido mais do que transmissão de informação (mensagem), é efeito de sentidos entre locutores. Dizer que o discurso é efeito de sentidos entre locutores significa deslocar a análise de discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação (ORLANDI, 2013, p. 14).

explorar como um texto funciona, e não somente o que ele quer dizer, trabalhando a língua em relação à exterioridade. Orlandi assegura que

A Análise de Discurso ocupa então esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como lugar de reflexão. Apresenta-se assim como uma teoria da interpretação no sentido forte. Isto significa que a Análise de Discurso põe a questão da interpretação, ou melhor, a interpretação é colocada em questão pela Análise de Discurso. Assim como o sentido é uma questão aberta (não temos acesso ao sentido como tal, ele não se fecha, não há sentido em si) da mesma forma, para a Análise de Discurso, a interpretação não se fecha (ORLANDI, 2004, p. 21).

No que se refere ao enunciado, temos que considerar sua construção ideológica, produzida através da materialidade da língua e a materialidade histórica. Além disso, Guimarães toma a enunciação como um acontecimento, no qual dialoga com a relação do sujeito com a língua, esse acontecimento tanto para Guimarães, quanto para a Análise de Discurso, sugerem uma abordagem que considere a historicidade e não a língua como algo neutro. Guimarães assegura que

Colocar-se na posição de semanticista é inscrever-se num domínio de saber que inclui no seu objeto a consideração de que a linguagem fala de algo. Por outro lado, não há como pensar uma semântica linguística sem levar em conta que o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem. É no espaço conformado por essas duas necessidades que procurei configurar o que é para mim uma semântica do acontecimento. Ou seja, uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer (GUIMARÃES, 2005, p. 7).

Para se considerar a enunciação como uma prática não individual ou subjetiva, é pertinente definir o espaço de enunciação, pois, para Guimarães, este espaço corresponde ao lugar de constituição de línguas e de falantes. Esta relação entre línguas e falantes interessa enquanto espaço de organização e de disputas pela palavra e pelas línguas, ao passo que é um espaço político. O falante não é a figura empírica, mas sim política constituída pelos espaços de sua enunciação. Para o estudioso:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

Diante da concepção política exposta, podemos complementar que ela manifesta-se em cenas enunciativas, que, segundo Guimarães (2005, p. 23), são lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer, conseqüentemente estudá-la é também conceber o funcionamento da língua pelo modo de constituição destes lugares. Por isso, a temporalidade específica do acontecimento é princípio para a cena enunciativa, e esta temporalidade pode ser explicada pelo linguista na medida em que recorta um passado como memorável e, simultaneamente, instala uma latência de futuro.

Após este percurso, dentre as várias questões que Guimarães propõe em seus estudos, chegamos a conceitos que irão conduzir nossa análise: a nomeação e a designação, apresentados pelo autor, como

A) A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada da história (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

E

B) No caso da relação entre designação e nomeação, o que se deve observar é uma relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Compreendemos, a partir de tais definições, que a enunciação ocorre em um espaço no qual se permite considerar a constituição histórica do sentido. Logo, para fins de exemplificação, a designação é a maneira como o objeto, lugar ou coisa significa no mundo; tomemos como exemplo a cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, nomeada assim, e, muitas vezes, designada como “a Europa do Brasil” por características particulares e definidoras como o clima frio, uma arquitetura semelhante a alguns países europeus, o elevado índice de desenvolvimento humano, etc. Sobretudo, essa designação retoma um passado de colonização, em grande parte realizada por imigrantes alemães e italianos, conferindo ao nosso estado uma cultura que manifesta, à sua moda, tradições desses povos. Assim sendo, a designação vincula-se ao processo de nomeação em uma relação de historicidade do “objeto” nomeado. Sabemos que tais nomeações são características dos municípios, mas, atrelado ao nome, surgem designações, então, por quais razões essa necessidade? E, sobretudo, de onde surgem?

Esse é o cerne da análise de Guimarães (2005), que, em uma perspectiva de desconstrução, vai desmembrando os modos de designação em estabelecimentos comerciais, nomes de pessoas, ruas, bairros e cidades, pesquisando dentre as diferentes sedimentações, práticas políticas que resultaram modos diversos de dizer. Os espaços da cidade são analisados partindo do que eles têm de fundamentalmente político em sua constituição e, na distribuição de seus espaços, nos sentidos que suas múltiplas designações mobilizam. Em par com as propostas de Eduardo Guimarães, Eni Orlandi também propõe uma outra forma de compreender as cidades, através da Análise de Discurso, em sua obra **Para uma enciclopédia da cidade** (2003) e **Cidade dos Sentidos** (2004), isso tudo culminou ao interesse de pesquisar e relacionar essa inspiração e conhecimentos linguísticos com a proposta deste trabalho. Orlandi questiona

Estabelecemos aqui uma outra forma de compreender a cidade: pelo discurso. Aliamos assim em nossa reflexão o sujeito, a história e a língua em uma relação particular que é a relação de significação. Como significa a cidade? Que forma significante, de significação, é constituída na articulação que faz funcionarem os sujeitos e os sentidos em um espaço determinado que é o espaço urbano? Como os sentidos aí se constituem, se formulam e transitam? São essas as questões que nos ocupam (ORLANDI, 2004, p. 11).

Tais questões teóricas levantadas até o momento são importantes para compreender as construções de sentido de nosso objeto de análise, uma vez que é necessário conhecer os princípios que irão fundamentar nossa investigação.

4 NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO: EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A CIDADE

Tendo em vista as questões destacadas anteriormente, com a perspectiva pela qual vemos a linguagem, parece-nos pertinente pensarmos a cidade por meio do discurso. Dessa forma, tomaremos, como nosso objeto de análise, os dois enunciados presentes no pórtico de Roque Gonzales. Como mostra-nos a seguinte imagem:

Figura1 – Pórtico da cidade de Roque Gonzales/RS.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Os enunciados explorados como objeto de análise são: “Terra e sangue das missões” e “Terra das águas e da energia”, dispostos no pórtico da cidade de Roque Gonzales. O primeiro enunciado é apresentado na legislação municipal⁷ como dístico oficial da cidade desde o ano 1989. O segundo passou a figurar no pórtico mais recentemente, no ano de 2016, o qual, por sua vez, ainda não consta na legislação municipal até a escrita da presente análise. A fim de compreender nossa questão de

⁷ Roque Gonzales/RS. Lei Municipal 805, de 08 de fevereiro de 1989, art. 3º - É tornado de domínio público o dístico “Terra e Sangue das Missões”, devendo sempre referir-se ao Município de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul, cabendo aos poderes Públicos Municipais zelar e garantir a correção e exclusividade da divisa.

pesquisa, primeiro tomaremos o conceito de dístico como um enunciado que promove um processo de designação.

Um movimento inicial para compreender o que é um dístico (após termos visto que assim é designado um dos enunciados do pórtico da cidade) foi recorrer ao dicionário – dada a sua importância enquanto instrumento linguístico⁸. No dicionário **Houaiss de Língua Portuguesa**, dístico é definido como

1 estrofe mínima, composta de dois versos; parelha. 2 máxima expressa em dois versos. 3 lema, divisa. 3.1 divisa de um escudo, brasão etc. 4 letreiro, rótulo. 5 disposto, ao longo de um eixo comum, em duas séries opostas (diz-se de órgão vegetal); dístico. (HOUAISS, 2009, p. 699).

E, no dicionário⁹ **Aurélio de Língua Portuguesa**,

1 Grupo de dois versos; parelha. 2 Máxima de dois versos. 3 Rótulo; letreiro. 4 Divisa de um escudo. (AURÉLIO, 2009, p. 691).

A definição dicionarista apresenta um ponto de partida, fazendo-nos questionar sobre o caráter de Lema (HOUAISS, 2009) e de Rótulo (AURÉLIO, 2009) e sua relação com a questão da designação. A partir de nossa fundamentação teórica e das reflexões destacadas, essa pesquisa propõe compreender, com base na teoria da Análise de Discurso e da Semântica da Enunciação, como podemos tomar tais dísticos como enunciados que designam a cidade, que fazem mobilizar uma história social e política de um espaço construído, em última instância, por sujeitos. Ou seja, como esses enunciados designam e quais os efeitos de sentido produzidos. Especialmente, buscamos não apenas uma reflexão sobre a língua, mas uma reflexão acerca de um espaço, de uma história que é desse espaço, mas que, também, é de um povo, e é nossa ao passo que nos encontramos inscritos nessa história.

Eis que há o estabelecimento de uma nova designação para Roque Gonzales, aquela que antes era apenas a “Terra e o sangue das missões”, tornou-se também a “Terra das águas e da energia”. No entanto, cabe aqui questionar se as relações entre

⁸ Sylvain Auroux (2009, p. 65, grifos do autor), diz que o conceito de “instrumento linguístico” está vinculado por sentidos ao conceito de “gramatização”, que o autor define como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Nesse quadro teórico, o “instrumento linguístico” é pensado na perspectiva de suas funções instrumentais nas práticas linguísticas – ele ampliaria a “competência linguística” do falante.

⁹ Seleccionamos os dicionários citados em função de seu reconhecimento pela qualidade, alta circulação e acessibilidade para o público acadêmico.

prática social e modos de designar também se transformaram ou a história e a memória ressoam mesmo que sendo dita, oficialmente, de outra forma, já que, a referência ainda é a mesma? E sobretudo, em que medida esse novo entra na memória discursiva? Esse questionamento dialoga com as considerações de Davallon

Nossa reflexão, então, traz à baila questões referentes ao funcionamento da história e da memória, a presença e o funcionamento de cada uma: a primeira vinculada (neste caso) ao que é oficial – o nome; já a segunda, funciona no dizer que produz sentidos sobre o nome. Embora a memória seja, ao mesmo tempo, lacunar e saturada, é pelo seu funcionamento que o nome ganha outro estatuto, o de designação. História e memória, neste caso, funcionam coladas uma à outra, retornando sempre, muito embora saibamos que “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória” (DAVALLON, 1999, p. 26).

Atualmente, qual designação funciona e provoca sentido? Até quando será retomado o passado Missioneiro como forma de caracterizar a cidade? Ao propor outra designação, abriu-se uma lacuna na memória, sugerindo uma nova forma de descrição para um espaço já instaurado. Não sabemos até que ponto uma nova designação afeta a memória de um grupo social, todavia, será possível atualizar a história a fim de destacar o que é novo e faz parte de um progresso econômico?

Michel Pêcheux, considerado uma das figuras mais importantes da Análise de Discurso Francesa, teoriza sobre como a linguagem está materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem (SCHERER & TASCHETTO, 2005). Logo, o discurso materializa a inscrição da história na língua, e, para a Análise de Discurso, é pertinente estudar a língua em funcionamento, produzindo sentidos. Com isso, percebemos a tríade composta pela língua, sujeito e história na construção do discurso. Pêcheux concebe o discurso, enquanto efeito de sentidos, como um lugar particular em que esta relação ocorre. Pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. Scherer & Taschetto (2005, p.120) consideram, a partir de Pêcheux, o espaço da Análise de Discurso como “o espaço incerto onde a língua e a história se encontram mutuamente submetidos e submersos” na e pela interpretação.

Inicialmente, deve-se considerar que a Análise de Discurso se ocupa da língua na relação com o mundo, e não unicamente como um sistema de signos abstratos; assim, ela considera as produções de sentidos como parte dos sujeitos, de uma sociedade, da existência humana constitutiva do homem e da sua história. Orlandi diz que:

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, deve-se relacionar a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2013, p. 16).

Isto posto, não há, na Análise de Discurso, a concepção de língua fechada em si, mas o discurso como sendo um objeto sócio histórico, e, sobretudo, é no discurso que se pode observar a relação entre a língua e a ideologia, que produzem sentidos tanto pelos sujeitos, quanto para os sujeitos. Ainda, Orlandi complementa

Nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2016, p. 19).

Dessa forma, a articulação e o funcionamento entre a língua e a história constituem o discurso, os sentidos e os sujeitos poderiam ser quaisquer uns, para a Análise de Discurso não são, e é entre o possível e o historicamente determinado que se trabalha nessa perspectiva, “é porque é histórico (não natural) é que se muda e é porque é histórico que se mantem” (ORLANDI, 2012, p, 103).

Para a compreensão do discurso, a memória discursiva tem papel importante, ela “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Atuando como um suporte semântico de um discurso, seu funcionamento ocorre através da repetição de enunciados, formando uma regularidade discursiva. Sua finalidade é a de estabilizar um discurso, contudo, essa estabilidade pode ser rompida à medida que surge um novo acontecimento discursivo. Neste caso, nosso objeto de análise, apresentando um discurso já estabilizado pela história concomitante a outro discurso instituído mais recentemente na intenção de tornar-se um novo acontecimento discursivo é concretizada?

Guimarães propõe uma relação entre acontecimento e temporalidade, e considera que

Algo é acontecimento enquanto diferença a sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no tempo*. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no tempo*. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (2005, p.12).

Assim, conforme o pesquisador brasileiro, compreendemos que todo acontecimento significa porque projeta em si mesmo um futuro, vinculado ao presente e futuro, podemos dizer que há um passado que os faz significar, caracterizado como algo memorável/histórico. É essa diferença de tempo entre o início de um evento e o momento em que os seus efeitos se tornam perceptíveis que fazem significar e projetam sentido, pois a enunciação recorta um passado como algo memorável.

Sabemos que a instauração de uma nova designação para a cidade, ainda que apresente outras qualificações para a mesma, não chega a estabelecer uma ruptura no discurso anterior, isto é, a antiga designação, a ponto de instaurar um novo acontecimento discursivo. A permanência do “Terra e sangue das missões” no pórtico, antecedendo a “Terra das águas e da energia”, representa a não ruptura com a estabilidade do primeiro discurso, e, além disso, produz um efeito de sentido de pertencimento e compromisso com o legado histórico da cidade.

Essas duas designações vinculam-se ao modo como Pêcheux entende o acontecimento, isso é, como a irrupção do novo discurso e como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (1990, p. 17). O linguista também pondera que um acontecimento discursivo desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando “o espaço da memória que ele convoca e que já começa a reorganizar” (p. 19). Logo, é na memória discursiva que intercorre a constituição do discurso. Scherer & Taschetto (2005 p. 122), afirmam que memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir.

Em outras palavras, a memória discursiva permitirá diversas compreensões, o surgimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem a formações discursivas estabelecidas historicamente. Em vista disso, os sentidos são associados através da maneira com que os discursos se inscrevem na língua e na história, fazendo assim, significar. Ao acrescentar “Terra das águas e da energia” em referência à cidade, houve uma tentativa de uma atualização na designação daquele lugar, que já não seria mais apenas a “Terra e sangue das Missões”, essa nova

significação não somente na língua como também no discurso, enquanto prática social, não impede que seja retomado o enunciado mais significativo e enraizado; conforme destaca Orlandi (1999), “é preciso que a língua se inscreva na história para significar”.

Logo, tendo em vista que a nomeação e designação integram uma relação entre enunciações e acontecimentos de linguagem, em um acontecimento em que determinado nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por uma temporalidade particular. É, portanto, algo histórico e linguístico. A enunciação significa a partir do acontecimento, ou seja, a língua funciona e assim constitui sentido. Então, diferenciamos nome e designação, acreditando que o nome atende a uma necessidade oficial e institucional, mas o designar implica o funcionamento do “interdiscurso, enquanto memória, e não [apenas] um referente específico que relaciona a palavra à coisa” (GUIMARÃES, s. d.). Para complementar, Fedatto também sugere uma distinção entre nomeação e designação

1) *nomeação* como o acontecimento discursivo de atribuição de um nome na história e 2) *designação* como a significação linguístico-histórica desse nome. Do nosso ponto de vista, o nome funciona por uma relação constitutiva com a memória do dizer, da qual faz parte o gesto de nomeação e também o sentido que ele estabelece com outros nomes (FEDATTO, 2013, p. 114).

A primeira designação que se tem de Roque Gonzales é o “Terra e sangue das missões”, com mais de trinta anos, a qual retoma acontecimentos históricos por meio de expressões que trazem significados de identificação e pertencimento. Na perspectiva discursiva, essa designação ressoa pela lembrança de um passado de martírio e, sobretudo, missionário. Compreendemos que este enunciado possui um efeito de memória, que atravessa anos e permite-nos questionar quais efeitos de sentidos ele estabelece em suas diversas outras designações, a cada vez que é retomado.

O elemento “**Terra**” carrega o duplo significado de mostrar que este é o local, o chão em que pisaram os jesuítas e os Sete Povos das Missões, e, também, a força e o trabalho telúrico da cultura sul rio-grandense, de acordo com o conhecimento empírico e popular da região. O “**sangue**” demonstra, sobretudo, que já se derramou sangue nesta terra, excepcionalmente, faz menção ao Padre João de Castilho, no entanto, houve também o sangue indígena. “**Missões**” também conhecidas por reduções, resgatam a tentativa de evangelizar e civilizar os nativos, que, organizados

em aldeamentos, ficavam sob administração dos religiosos. A primeira designação reflete uma imagem de conquista, dominação e luta pelo lugar que hoje é Roque Gonzales.

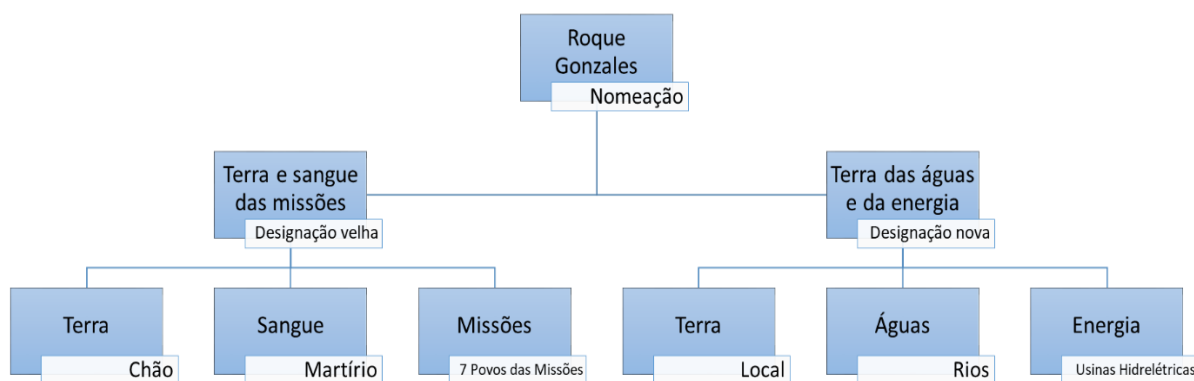
Pelas referências que se tem, o dístico busca rememorar os Padres Jesuítas, que foram assassinados neste chão, e podemos questionar se as mortes dos indígenas e povos nativos, em virtude do desejo da catequização, que ali viviam são, em algum momento, lembradas. Deste modo, um enunciado mostra os sujeitos lembrados e os sujeitos excluídos do espaço social.

Além de ser a “Terra e sangue das missões”, surgem elementos novos, a “**água**” e a “**energia**”, que apresentam características novas, ressaltando a presença de Usinas Hidrelétricas e dos Rios que banham o município, Ijuí e Uruguai. A segunda Usina Hidrelétrica do município, chamada Passo São João, foi inaugurada em dezembro de 2012, no Rio Ijuí, em virtude da construção de uma barragem no município. Antes, a cidade possuía a Hydro Electrica Pirapó, inaugurada em julho de 1930, e que, atualmente, encontra-se desativada. O Rio Ijuí é conhecido como o Grande Missioneiro, e o município, por ter sua origem direta no rio, aproveita as quedas d’água do Salto Pirapó para a construção das barragens.

Ter esses dois enunciados juntos no pórtico demonstra a presença de um passado glorioso, missioneiro e jesuítico, simultaneamente com um presente de progresso, mudanças e inovações. Assim sendo, o acréscimo de novas informações sobre a cidade poderia promover o espaço público antigo, a um espaço público urbanizado e em crescimento, afastando um pouco a imagem de ultrapassado, e, aproximando da história recente.

Tendo em vista o referente Roque Gonzales e suas designações, com base no enunciado, podemos representar as duas designações a partir do seguinte organograma (Figura 2):

Figura 2 – Designações de Roque Gonzales.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A memória não se substitui como se substitui um nome, da mesma forma que o imaginário social, através da historicidade, não se é esquecido com o surgimento de outros atributos. Tal qual, a nomeação é parte constitutiva da designação na medida em que participa da identificação do objeto, isso inclui suas referências e reformulações. Um dístico, assim como qualquer outro objeto simbólico, aqui tomado como discurso, não significa apenas em si, mas também nos demais discursos que produz e que são partes de seus sentidos.

As duas designações apresentadas representam a identificação do lugar nomeado de Roque Gonzales. Essas descrições ou qualificações, movimentam os sentidos do nome, como se fizessem uma reescrituração da cidade, assim, ela ressignifica através desse discurso, na medida em que coloca em funcionamento a língua nos acontecimentos e espaços enunciativos. Entretanto, percebemos que a segunda designação ancora-se na repetição de elementos, como, por exemplo, “terra”, e estrutura sintática da primeira designação, mas também, ao mesmo tempo, apresenta modificações, dessa forma, ativa a memória discursiva, através dos efeitos de sentidos vinculados à historicidade.

5 REFLEXÕES FINAIS

Enfim, na medida em que se constitui uma designação de uma cidade, é pertinente ressaltar que as relações entre a nomeação, a designação e a referência estão diretamente ligadas ao caráter do funcionamento político da linguagem. Há uma imagem coletiva enraizada e instaurada, através do tempo e de uma história, sobre um espaço Missioneiro que não pode ser negada. Mesmo que a cidade se torne a “Terra das águas e da energia”, os sentidos do “Terra e sangue das missões” fazem parte do imaginário social dos sujeitos.

Discutir essas questões coloca em jogo a relação da língua e da cultura, remetidas ao discurso e à ideologia, com os diferentes modos de um lugar significar. Enquanto uma designação ressoa e perdura sem questionamentos, a segunda não faz movimentar a memória, ou melhor, não há rompimento dos sentidos, já que estes ainda estão vinculados à primeira, o que ocorre nessa perspectiva, é uma filiação de sentidos.

A designação “Terra e sangue das missões” é sustentada sobre o já dito, cujo sentido é mobilizado, e é a permanência de uma memória já instituída socialmente, que faz com que seja necessário que os sentidos da nova designação “Terra das águas e da energia”, que faz parte da história recente, sejam inscritos na memória social. Ambos têm seu funcionamento próprio e distinto, a nova designação é constituída a partir de elementos retomados da velha designação, ou seja, instaura-se um novo espaço de significação em coexistência com o anterior, com abertura para a movimentação de sentidos. E, ao que tudo indica, a “Terra e sangue das missões” está longe de ser substituída na memória discursiva coletiva, e a “Terra das águas e da energia” não anula o acontecimento histórico que faz parte da memória política e social dos Roque-Gonzalenses.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido In: ACHARD, P. *et al.* (Org.) **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, P. *et al.* (Org.) **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-37.
- FEDADATTO, C. P. **Um discurso histórico sobre a cidade brasileira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, 2003.
- _____, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____, E. (s/d). Textualidade e enunciação. **Escritos**, n 2: Ver e Dizer. Campinas, SP: UNICAMP, p. 03-12. S.d.
- HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILLAR, Mauro Salles (1939). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2013.
- _____, E. P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____, E. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____, E. P. **Os sentidos de uma estátua**: espaço, individuação, acontecimento e memória. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.1, n.1, jul/2010. Disponível em: < <http://www.entremeios.inf.br/>>. Acesso em: 11 de março de 2020.
- _____, E. P. **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- _____, E. P. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (Org.). **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP. Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al* (Org). **Papel da memória**. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PETRI, Verli. De "garganta do diabo" para "ponte sobre o vale do menino Deus": reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **RUA**, Unicamp, v. 16, p. 66-82, 2010. no. 16. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

PINTO, Luís Flodoardo Silva. **As Missões Orientais**: Epopeia Jesuítica no Sul do Brasil. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, AGE, 2002.

PORTAL DAS MISSÕES. Disponível em: <<http://www.portaldasmissoes.com.br/>>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

RAMOS, Ângelo Felipe Zucchetto. **A Fascinante História de Roque Gonzales**. São Luiz Gonzaga, RS: Editora Bork, 2001.

ROQUE GONZALES. **Lei Municipal Nº 805 de 08 de fevereiro de 1989**.

VENTURINI, Maria Cleci (Org). **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

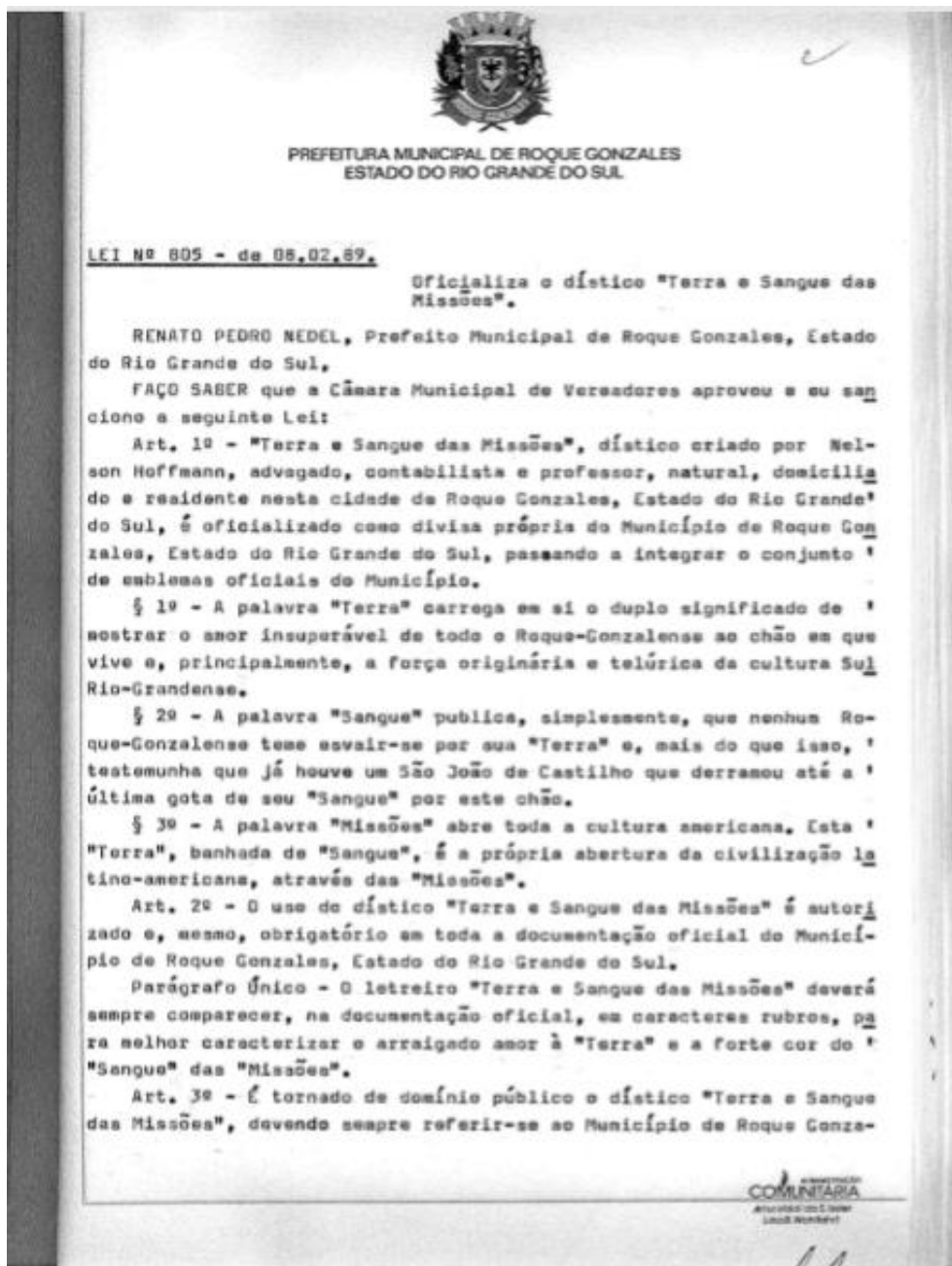
SCHERER, Amanda Eloina, TASCETTO, Tania Regina. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Linguísticos-Discursivos. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 01, p.119-13, 2005.

ANEXO 1 - FOTOGRAFIA DO PÓRTICO DE ENTRADA DA CIDADE DE ROQUE GONZALES/RS.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

ANEXO 2 - CÓPIA DA LEI QUE DETERMINA O DÍSTICO DA CIDADE DE ROQUE GONZALES, BUSCADA NO ARQUIVO MUNICIPAL.




PREFEITURA MUNICIPAL DE ROQUE GONZALES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.

les, Estado do Rio Grande do Sul, cabendo aos Poderes Públicos Municipais zelar e garantir a correção e exclusividade da divisa.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cabinete do Prefeito Municipal de Roque Gonzales, 08 de fevereiro de 1989.


Renato Pedro Nedel
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
Cabinete
ROQUE GONZALES

Registre-se e Publique-se.


Irene Maria Scherer Klemann
Secretaria Interina de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL
Secretaria
ROQUE GONZALES

COMUNITARIA
Atuação de L. 1.100
Luis Wotzky

Fonte: Prefeitura Municipal de Roque Gonzales, RS; digitalização realizada pela autora.